



20231127 --- REUNIÃO ORDINÁRIA --- COMITÊ GESTOR ESTADUAL DA POLÍTICA DE CULTURA VIVA - 27 de novembro de 2023.

ESTAVAM PRESENTES: Edna Souza, Clarissa Pontes, Ivan Vasconcelos, Consuelo Valandro, Paulo Tavares, Aquiles Barboza, Josiane Arruda, Rafael Balle, Joyce Reis, Geziel Souza, Carmen Lúcia de Oliveira.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, encontraram-se Edna Souza, Clarissa Pontes, Ivan Vasconcelos, Consuelo Valandro, Paulo Tavares, Aquiles Barboza, Josiane Arruda, Rafael Balle, Joyce Reis, Geziel Souza, Carmen Lúcia de Oliveira a fim de promover reunião ordinária do Comitê Gestor Estadual da Política de Cultura Viva. Após a formação de Quórum, Ivan iniciou a primeira pauta e foi interrompido por Geziel, que sugeriu 3 minutos de tempo de fala, Ivan informou que sua fala é sobre o cumprimento, por parte do Comitê Gestor, de seu próprio Regimento Interno e destacou o Art. 2º, o Art. 3º e seus incisos V, VI, VIII, o Art. 4º, § 1º, e informou que o encaminhamento que ele sugere seria cumprir o que o Regimento Interno estaria afirmando em relação às entidades que já deveriam ter sido consideradas Pontos de Cultura e que a listagem dessas entidades deveria ser solicitada para a SEDAC, com sua devida publicação oficial, e solicita que esse encaminhamento seja cumprido imediatamente, em seguida, Ivan passou a referenciar a Lei Cultura Viva, 14663, e seu Art. 24, e destacou que os modos de priorização arrolados deveriam ser garantidos, não sendo opcionais e que, portanto, não deveria haver discussões, em qualquer âmbito, que fugissem do que mencionou, e declarou que o edital FAC COINVESTIMENTO para municípios não teria cumprido essas determinações, em seguida, Geziel interrompeu a fala de Ivan a fim de solicitar ordem às pautas elencadas e o comitê passou a discutir as pautas na ordem pré-estabelecida, Geziel solicitou manifestações dos integrantes presentes sobre a primeira proposta, qual seja, o documento que seria produzido pelo Comitê Gestor, Rafael Balle solicitou inscrição de fala para informar que há um assunto recorrente relacionado à política estadual de Cultura Viva que dificultaria o cumprimento do papel do órgão gestor e trouxe o histórico sobre o primeiro cadastro estadual da política Cultura Viva, que antes não existia, e fez referência às normas lidas anteriormente ao evidenciar que, juntamente com a Chancela do Comitê Gestor, a inscrição no cadastro era condição indispensável, e foi efetuado, por conquista deste Comitê, e detalhou mais o histórico da execução dessa política pública, que foi retomada em 2019 com a modalidade de convênio e com a criação deste Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva e destacou que houve participação conjunta do órgão gestor e do Comitê, e ainda recordou que a razão de os editais passados terem considerado o cadastro federal foi para acelerar o processo de reconhecimento dos Pontos e Pontões enquanto o cadastro estadual ainda não existia, de modo a fortalecer e compensar a política que foi temporariamente descontinuada e de modo a valorizar pontos de cultura que estavam no cadastro federal, cadastro esse que apresentava dificuldades no cadastramento de novas entidades, e reiterou que a chamada pública estadual foi construída em conjunto com o comitê gestor, responsável por definir os critérios, e informou estar apreensivo com a recorrência da palavra “excludente”, pois o cadastro estadual certificou 91 entidades, e ainda sugeriu que outros critérios poderiam ter sido estabelecidos e ainda podem, no ensejo de novo cadastro, e destacou que a vigência do cadastro estadual, diferentemente do cadastro nacional, foi estabelecida em 3 anos, Rafael passou a falar da nova Política Nacional Aldir Blanc, que direciona 10 por cento do montante dos recursos para a política Cultura Viva, e destacou que os pontos de cultura não precisam de certificação para serem atendido por esse investimento (PNAB), conforme está vedado na portaria 80, e destacou que o processo federal de distribuição de recursos financeiros será efetuado por meio de concorrência, ou seja, aqueles com menos condições de concorrer perderão o acesso ao recurso, Rafael sinalizou que a SEDAC busca meios de fortalecer a rede estadual, dentro da vigência de 3 anos mencionada anteriormente, e mencionou não compreender o caso concreto



que determinaria a exclusão de entidades conforme vem sendo repetido nas reuniões, e sugeriu que ou os cadastros federal e estadual sejam complementares ou, se assim for o encaminhamento do comitê, que se esvazie o cadastro estadual, e reiterou sua intenção de fortalecer e ampliar o cadastro estadual, ano a ano, de modo a atender as entidades estaduais com recursos do FAC, sem a necessidade de concorrência apresentada pela Lei Aldir Blanc, Geziel solicitou que demais integrantes presentes virtualmente efetuassem inscrição de fala caso tivessem o interesse de se manifestar e que, enquanto as inscrições estivessem ocorrendo, faria sua própria manifestação em relação às falas anteriores, Geziel manifestou que a partir de sua compreensão não estaria em discussão qualquer tipo de esvaziamento do cadastro estadual, e pontuou ser positivo que as demandas que causam desconforto, quaisquer que sejam, fossem trazidas para o comitê, mas que deveria haver a compreensão de que o processo executado, embora possa ter havido falhas, foi bem sucedido e trouxe, de fato, avanços e conquistas para a política estadual de cultura viva, e que a totalidade do comitê teria compreendido que o cadastro estadual consideraria todos os pontos de cultura do RS já cadastrados em âmbito federal, mas que eles deveriam participar do processo estadual, de modo a comprovarem suas atividades, pois já era sabido que grande porcentagem dos pontos de cultura cadastrados na plataforma federal não estava mais atuando e não comprovavam suas atividades, além de grande porcentagem não atuar na rede estadual, sendo assim, o cadastro estadual seria positivo para aproximar esses pontos da atuação da rede, Geziel disse que bastaria haver um mecanismo para reparar a falha ocasionada pelo primeiro edital de cadastramento e sugeriu que a decisão não seja unilateralmente constituída (somente pelo Comitê ou somente pela SEDAC), e aponta que a solução que ele mesmo já vem sugerindo em outras reuniões seria a construção de novo edital de cadastramento que determinasse a inclusão de todos os pontos cadastrados na rede nacional, desde que ocorresse a partir de um grupo de regras criadas para o edital, e que fosse evidenciado que bastaria a apresentação do funcionamento da entidade e de seu portfólio e que o estado do RS não poderia tão somente basear seu cadastro em uma lista enviada pelo ente federal, Geziel também sugere que esse novo processo de cadastramento fique aberto em modo contínuo, similarmente ao que ocorre com os produtores culturais que se registram no ProCultura, Geziel terminou a sua fala e verificou que não havia novos inscritos, portanto, cedeu a fala para Ivan, que manifestou que haveria ilegalidade na sugestão de Geziel em razão do que está estabelecido em Regimento Interno, informou também que é equívoco da Sedac afirmar que não havia cadastro anteriormente, pois a lei menciona que “Já são parte do cadastro”, assim sendo, estariam cadastrados a partir da publicação legal que menciona a paráfrase, e questiona a razão de o comitê manifestar-se contrariamente à inclusão de todas as entidades e também a necessidade de novo edital para cumprir o que já estaria estabelecido legalmente, pois, segundo Ivan, editais não serviriam para construir, serviriam para incluir, e às determinações legais competiria garantir a permanência, e também mencionou que, das centenas de pontos de cultura rio-grandenses cadastrados a nível federal, somente 91 foram cadastrados no Rio Grande do Sul, o que revelaria um déficit de alcance da política estadual e que, apesar de alguns não estarem mais em funcionamento, afirmou ser necessário efetuar a busca desses pontos de cultura, e reiterou ao final de sua fala que as decisões e deliberações são tomadas pelo Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva, não são tomadas pelo órgão gestor, e reiterou sua posição de que sejam certificados todos os pontos de cultura já existentes previamente ao cadastro estadual, Geziel chamou a próxima inscrição de fala, Joyce manifestou que apesar de não ter feito parte do comitê no período de construção do edital, ela participou da comissão avaliadora do edital em questão, e também já fez parte de outra gestão deste mesmo comitê, quando a Sedac resolveu instituir o comitê gestor em cumprimento à lei, e manifestou que gostaria de destacar que regimento de comitê e edital são instrumentos distintos, e destacou que haveria dispositivos que carecem de regulamentação em regimentos internos, e resumiu que haveria dispositivos nas legislações que jamais são implementados em função de



escassez de regulamentação, por isso, manifestou sua visão de que o edital veio para regulamentar e colocar alguns dispositivos em prática, Joyce também evocou a memória de que, apesar de não ter sido integrante do comitê no período da construção do edital, sabe que esse instrumento foi aprovado por este comitê, com regras estabelecidas para um processo que começou e finalizou e teve o resultado que talvez não fosse o esperado, mas que foi concluído e sugere que se abra novo instrumento editalício para a inclusão de quem ficou de fora, pois o regimento interno não estabelece o modo de fazer para certificar automaticamente quem já estaria incluído por lei, sendo assim, bastaria novo edital para inclusão de quem não foi incluído, Geziel procurou novas inscrições de fala e, como não havia, atendeu ao pedido de fala de Ivan, que manifestou que a reação apresentada anteriormente por Joyce seria muito típica de quem desconhece a política de Cultura Viva, assim como seria típica de pessoas que efetuariam a gestão do alto de seus gabinetes, e que estaria muito complicado para quem tenta buscar pela inclusão de mais gente no processo, e que é notável que há dois terços de pontos de cultura no Rio Grande do Sul que não foram incluídos, e que a cultura Viva seria distinta do que foi mencionado anteriormente, por ela tratar-se de pensamento coletivo, e informou que há necessidade de aprofundamento e estudo sobre a política de cultura viva, de modo que outras práticas não manchem o percurso da cultura viva, pois o pensamento manifestado anteriormente, que em sua opinião teria sido lamentável, seria contrário a cultura viva, que é de base comunitária e visa a inclusão, Geziel manifestou que os meios em debate, quais sejam, editais e regimentos, não são processos de inclusão per se, e que ninguém estaria ali com a intenção de promover a exclusão de novos ou antigos pontos de cultura e adicionou que o que estaria em debate seria o novo mecanismo para promover a inclusão de mais pontos de cultura, e recordou que há proposta de Ivan para que o Comitê encaminhe documento para ser publicado pelo órgão gestor (Sedac) com a finalidade de deliberar a inclusão de todos os pontos de cultura, e que também haveria outra proposta, qual seja, usar o mecanismo editalício para fins de inclusão das demais entidades, e que seria preciso escolher como encaminhar a matéria a partir das 2 propostas sugeridas, Consuelo manifestou-se para dizer que, apesar de não ter participado das construções iniciais para a promoção da inclusão de pontos de cultura no cadastro do estado, observou que há diversos pontos de cultura tradicionais e ativos que foram excluídos do processo, e que, portanto, essa matéria não seria algo pessoal relacionado a Ivan, e destaca o exemplo do Ponto de Cultura Trocando Ideia, que teria sido excluído do processo, apesar de recentemente ter sido classificado no edital de Pontos de Cultura do Minc, e concluiu dizendo que haveria algo muito incorreto no processo conduzido anteriormente, e manifesta que não é capaz de ponderar outra maneira de corrigir essas falhas sem que haja imediatamente a abertura de novo processo, com a consequente análise de erros e da documentação exigida, para que seja brevemente corrigido, de modo a celeremente proporcionar acesso aos recursos da Política Aldir Blanc para os Pontos de Cultura, e questionou a seleção de pontos de cultura no processo editalício passado, pois tem certeza de que há entidades que não possuem caráter comunitário, fato por ela considerado lamentável, juntamente com o fato de que há pontos cadastrados nacionalmente que não estão cadastrados no Rio Grande do Sul, e reitera que novo processo de cadastro seria a solução viável, Paulo Tavares compartilhou que sentia-se envergonhado quando por alguém tentar rebaixar pessoas publicamente como aconteceu nesta reunião e pediu desculpas à Joyce por aquilo que ela ouviu hoje de um ponteiro durante a reunião, pois ela participa desde o início da primeira formação deste comitê gestor e destacou a razão de alguns pontos de cultura infelizmente não terem sido certificados no processo passado, quais sejam, a documentação não ter sido enviada conforme solicitado pelo edital, e caso tenha havido falha no edital em relação às documentações solicitadas, sugere que isso seja resolvido em edital seguinte, e parafraseou a fala de Consuelo ao dizer que é preciso avançar para um nova chamada pública que possa incluir mais pontos de corrigir falhas, e também corrigiu os dados numéricos que foram equivocadamente mencionados de modo a dizer que o cadastro



nacional possui cerca de 260 pontos, e concluiu que o edital de cadastramento do estado contou com 150 inscrições e 91 certificações, e não houve pontos de cultura desclassificados por matéria de mérito, o que deveria ser razão de orgulho para quem se interessa por essa matéria, e sugeriu que a tarefa da rede de pontos de cultura do RS seria a de qualificar os pontos de cultura do RS para solucionar as fragilidades que elas apresentam em relação à apresentação da documentação, e recordou que algo similar, ou seja, a falta de apresentação de documentação, já ocorreu com a rede estadual quando não foi qualificada para participar de editais direcionados para redes de pontos de cultura, e solicitou atenção aos integrantes do comitê que, ao promoverem narrativas generalistas e com informações incorretas, estariam prejudicando a rede e o comitê gestor da política cultura viva, e também sente muito caso esta reunião não promova o avanço necessário da matéria e que nas próximas seja necessário retornar às mesmas matérias, e que seria lamentável que no fim desta atual gestão do comitê as matérias necessárias não avancem, Rafael Balle lamentou o fato de a reunião ter novamente entrado em uma narrativa cíclica que não teria fundamento, qual seja, o fato de o processo anterior estar sendo mencionado como instrumento que excluiu os pontos de cultura, e citou, inclusive, a fala de Consuelo que estaria induzindo ao mesmo pensamento, e destacou que não houve exclusão, houve inclusão e busca de certificação pelos pontos de cultura que manifestaram interesse e que estavam cadastrados na plataforma federal e também buscaram na plataforma estadual, e mencionou que a maior parte dos cadastrados no estado não possuíam cadastro nacional, caso essa narrativa fosse factual, ou seja, caso o processo tivesse sido excludente, não haveria pactuação para o processo, ou seja, não haveria interessados em participar do processo, e mencionou que uma das grandes conquistas do processo seria a de que todos trabalhamos para fortalecer a política cultura viva e para ampliar a rede, e a maior conquista para o estado do RS teria sido termos aqui, finalmente, o cadastro estadual, que asseguraria a aplicação da legislação do procultura que antes dependia de vontade política, mas, no entanto, agora há um cadastro estadual que traz garantias, e sugere reflexão e diagnóstico da matéria relacionada aos pontos de cultura rio-grandenses que pertencem ao cadastro federal mas que não buscaram cadastro estadual, e que esse seria o diagnóstico necessário a ser efetuado para a abertura do segundo processo de cadastramento, e que deveríamos refletir sobre a ampliação da comunicação de modo a proporcionar maior participação na etapa de inscrição, e como desburocratizar o processo documental e concluiu que a grande vantagem dos resultados de uma construção que vem sendo feita desde 2019 seria vislumbrar rateio para a rede estadual para o fim de desenvolvimento dos comitês gestores comunitários, a base comunitária participativa que exercitaria decisões sobre aplicação de recursos, por isso considera que se o comitê decidir seguir o que vem sendo construindo, há possibilidade de haver novo chamamento público de pontos de cultura e possibilidade de repasses para a rede para que desenvolvam mais bases comunitárias, paralelamente às discussões sobre a política nacional Aldir Blanc, que viabiliza recursos em formato distinto, e resumiu que a comunicação precisa ser fortalecida e os interesses para atuação precisam ser melhor evidenciados para construir a política cultura viva, Geziel sugeriu encaminhar a matéria sugerida por Ivan para votação, qual seja, o encaminhamento de documento para o órgão gestor (Sedac) via comitê cultura viva, para que seja publicado o reconhecimento de todos os pontos de cultura, e concordou com e parafraseou Rafael sobre o a desburocratização documental que seria um caminho possível, e mencionou que o processo futuro de cadastramento de pontos de cultura estaria premente, faltando a indicação de algumas pessoas para a criação do grupo de trabalho que ficará a cargo da elaboração de novo processo editalício, como as indicações da FAMURS e da Assembleia Legislativa, processo esse já aprovado por este comitê gestor, em seguida, Geziel solicitou manifestação pelo chat acerca da concordância do encaminhamento, Ivan solicitou esclarecimento acerca do encaminhamento, Geziel informou que seria sobre o documento a ser enviado para o órgão gestor conforme proposto por Ivan, Ivan solicitou correção de sua proposta e



informou que propõe somente o cumprimento do Regimento Interno, Geziel solicitou então que Ivan elaborasse sua proposta de encaminhamento de modo a encerrar a pauta e obter o encaminhamento necessário, Rafael sugeriu que sejam encaminhadas 2 situações distintas, quais sejam, a abertura anual do cadastramento de pontos de cultura e a aceitação de pontos de cultura que já seriam parte do cadastro, desde que com a sua manifestação para integrar o cadastro estadual, ou, ainda, criar um novo modelo que considere o cadastro federal e que os pontos ali listados sejam automaticamente considerados, a partir de um banco de dados ainda não criado pela Sedac, e destacou que para o cumprimento do disposto no regimento interno seria necessário algum tipo de rito anual, similar à chamada pública já executada anteriormente, e que, para tanto, seria importante a instituição do Grupo de Trabalho que buscará a forma adequada para executar as possibilidades mencionadas, Geziel manifestou que a partir do seu entendimento pessoal, o mencionado grupo de trabalho já teria sido estabelecido, apesar de restarem ainda 2 indicações a serem efetuadas, e destacou que esse GT efetuará a construção mencionada por Rafael, mas esclareceu que a votação de encaminhamento atual em debate é a proposta única de Ivan, que propõe um documento para a Sedac, que reconheça todos os pontos de cultura, nesse meio tempo, Ivan escreveu sua proposta de encaminhamento no chat, que foi lida por Geziel: “Proponho que o Comitê Gestor cumpra o Regimento Interno e inclua a todos no Cadastro Estadual conforme o Art. 4 parágrafo único”, Geziel solicitou manifestação e votação dos integrantes sobre o encaminhamento de Ivan, Geziel dirimiou outras possíveis dúvidas quanto ao encaminhamento e solicitou manifestação de quem estava presente, Paulo Tavares solicitou inscrição para manifestar sua negativa, e destacou que discorda da maneira como o texto foi encaminhado para votação, por considerar que não há descumprimento algum do regimento interno e demonstra-se favorável ao reconhecimento e certificação daqueles pontos que já estavam na plataforma federal, desde que isso seja efetuado durante o processo editalício adequado, e solicita que sua manifestação seja devidamente registrada em ata, Edna manifestou-se em seguida e corroborou a fala de Paulo, Geziel efetuou a seguinte contabilização de votos sobre a pauta encaminhada: 5 votos “Não”, 3 votos “Sim” e 3 abstenções, após o encaminhamento, Geziel passou à pauta seguinte: Indicação para composição do GT cadastro, por parte da FAMURS e da Assembleia Legislativa, e em conjunto com o comitê, deliberaram que encaminhariam ofícios à FAMURS e à Assembleia Legislativa a fim de obterem as indicações necessárias que irão compor o Grupo de Trabalho responsável pelo próximo processo de cadastro e certificação de pontos de cultura, e que trabalharão em conjunto com outras pessoas indicadas, como Geziel, Ivan, Rafael, Josiane e Consuelo, Geziel também evidenciou que após obterem as indicações necessárias, encaminhariam a comunicação da formação do grupo para a SEDAC, em seguida, Geziel aproveitou a pauta sobre o GT e sugeriu a criação de outro GT que possa se debruçar sobre a Política Nacional Aldir Blanc e que proponha medidas relacionadas à política Cultura Viva quanto à aplicação dos recursos e formato dos editais, Ivan questionou se as próximas votações para sugestões seriam registradas nominalmente, pois no chat há pessoas que não utilizam seu nome e votam, Geziel disse que isso poderia ser registrado em Ata, Carmen compartilhou suas impressões sobre a reunião de Pontões de Cultura (ganhadores de edital do MinC) e informou ao comitê que estariam passando por problema similar ao que o Comitê Gestor e a Comissão de Avaliação de Pontos de Cultura passou, qual seja, a desclassificação em virtude de falta de entrega de documentação, além disso, informou ao comitê que no dia seguinte haveria o Encontro Setorial da Cultura Viva, e convidou a todas e todos para que sugerissem pautas para serem apresentadas no evento, e por fim, solicitou informações a Geziel sobre a carta de Neiva, Geziel informou que neste momento não haveria quórum para votação, pois havia somente 8 pessoas presentes virtualmente, assim sendo, deliberou-se que seria lançada enquete no grupo do comitê Gestor para efetuar a coleta das opiniões sobre a votação, Ivan e Geziel, apesar de não haver quórum para votação, solicitaram encaminhamento para a criação do GT e Ivan aproveitou o ensejo para manifestar que a



burocracia e as exigências documentais estariam prejudicando a política de Cultura Viva, Geziel ainda informou que a fala de Ivan é pertinente ao Estado do RS e também em nível federal, pois as exigências burocráticas estariam evidentes em ambas as esferas, e, em virtude da hora avançada, Geziel sugeriu que os integrantes do Comitê trouxessem nomes indicados para fazerem parte do GT Aldir Blanc, preferencialmente um indicado por segmento, Josiane, antes de finalizar a reunião, solicitou esclarecimentos sobre o último ponto de pauta, nomeado como “rodada técnica”, Carmen respondeu ao questionamento ao informar que se trata de reunião em que FAMURS efetua um chamamento regional, em formato próprio, e convida o comitê gestor da Cultura Viva para que seja efetuado diálogo e sensibilização sobre a política cultura viva, de modo a qualificar as informações e necessidades reais da cultura viva, para que o gestor responsável compreenda as necessidades que essa política implica, Paulo Tavares manifestou-se para registrar a data da última reunião ordinária do ano realizada pelo comitê Gestor, qual seja, dia 18 de dezembro, Geziel sugeriu que houvesse reunião extraordinária anteriormente à última reunião do Comitê, e foi sugerido o dia 04 de dezembro. A reunião foi encerrada.